



Os participantes do debate Saúde e Constituinte, no auditório do Senac.



Integrantes do Fórum de Saúde de São Paulo.

Debate: Saúde e Constituinte

"O Fórum dos Conselhos Regionais dos Profissionais da Área da Saúde de São Paulo, cumprindo as propostas do II Encontro Nacional de Conselhos de Profissionais de Saúde, realizado em Fortaleza, em maio/junho do corrente ano, promove hoje o primeiro debate sobre Saúde e Constituinte, junto com entidades de classe, organizações de trabalhadores, movimentos populares, usuários e profissionais da saúde.

Foi em 1984 que os Conselhos CRP, CRM, COREN, CRF, CRAS, CREFITO, CRN, CRO e CFFA, constituíram o Fórum por sentirem a necessidade de, nesse espaço, tratar de questões pertinentes ao exercício dos profissionais de Saúde.

Desde então, por entender que a saúde é uma questão multidisciplinar, que a saúde não é apenas assistência médica, o Fórum tem discutido sobre o seu atendimento e proposto a implantação da equipe multiprofissional em todos os serviços de saúde. Seu trabalho tem caminhado em duas direções. Em direção à constituição da equipe verdadeiramente multiprofissional e a não discriminação entre seus membros.

Numa segunda direção, junto à comunidade, o Fórum

pretende viabilizar as informações à população sobre as causas e conseqüências das doenças que atingem, bem como promover a atualização da legislação sanitária e sua rigorosa aplicação.

Atento à necessidade de um serviço de saúde que contribua para o bem-estar físico, mental e social da população brasileira, e que não apenas indique a ausência de doença ou enfermidade, tal como, já em 1946, preconizava a O.M.S.; atento à necessidade de ampliar a discussão sobre esse tema em razão da Constituinte; atento à necessidade de que um plano nacional de saúde deve ser nacionalmente discutido por todos; atento, ainda, ao respeito à especificidade de cada profissão que o Fórum congrega, abre-se este debate para ouvir os presentes, pois sabe-se que a melhor condição para a melhor proposta sobre Saúde, na futura Constituição, virá dos que dela se utilizam e/ou nela trabalham.

Assim, espera-se que este seja o primeiro debate de uma série em que sejam discutidas amplamente as questões de Saúde".

Com este texto abriu-se o debate, realizado em 30

de outubro último, para o qual haviam sido convidados representantes da CUT, Conclat, Diesat, Movimento de Saúde (Zona Leste) e vários convidados especiais.

Na avaliação do debate, feito na semana seguinte pelo Fórum, verificou-se que houve prejuízo no debate pois só o representante da CUT compareceu à mesa. A forma de se ter convidados especiais no plenário também foi considerada e concluiu-se que tais convidados poderiam ter feito parte da mesa. Entre outras conclusões, nessa avaliação, foi salientado que é importante que na futura Constituição uma verba adequada fique garantida para o setor Saúde, pois sem ela não se pode melhorar seu atendimento à população. Além disso, a necessidade de se conhecer a história da Saúde no Brasil, a estrutura dos Ministérios que dela cuidam e outros aspectos importantes das suas instituições nos níveis federal, estadual e municipal, bem como o PMS que já está sendo implantado, impõem aos Conselhos do Fórum um aprofundamento desses conhecimentos e uma clareza de posição frente às diversas questões da Saúde no Brasil.

CRP-06 realiza plenária de avaliação

Delegados e Conselheiros do CRP-06 realizaram em 27 de outubro último, na cidade de Embu, uma Plenária Geral de Avaliação dos trabalhos desenvolvidos pela atual gestão da entidade e para o exame e estudo de seus novos projetos.

Um dos primeiros pontos a ser discutido foi a relação do Conselho com a categoria. Nessa questão foi ressaltada a necessidade de maior mobilização para aprofundar essa relação, colocando-se como prioridades a preparação de um Congresso de Psicologia para meados de julho, fomentar debates sobre o projeto de lei que estabelece o piso salarial e, por último, dar continuidade aos encontros, simpósios e seminários que a gestão "Palavra Aberta" vem promovendo.

Outro item bastante discutido na Plenária de Embu foi a relação do Conselho com a população. Ficou evidente para conselheiros e delegados a necessidade de esclarecer sobre as atividades e contribuições do psi-

cólogo, seu papel na resolução das necessidades sociais da população visando a melhor fiscalização. Para encaminhar as relações entre o Conselho e a população já existe uma comissão que vem se dedicando há mais tempo para a concretização dessa prioridade.

Outra prioridade decidida durante a plenária foi em relação à documentação das mudanças ocorridas na normatização do regimento interno do Conselho. Também foram discutidos os trabalhos das comissões, as relações com outras entidades e as mudanças administrativas necessárias para dinamizar o funcionamento do CRP-06.

Com a realização dessa plenária os objetivos da entidade para o próximo ano foram delimitados, bem como os meios para alcançá-los e as principais prioridades da atuação do Conselho foram claramente assinaladas.

ATENÇÃO PARA O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO CRP-06

O CRP-06, em virtude das férias concedidas à maioria de seus funcionários em janeiro próximo, terá alterado o horário de funcionamento da recepção. O horário nesse período será das 9:00 às 18:00 horas.

No mês de dezembro, o Conselho funcionará normalmente nos dias 26 e 27/12 e 2 e 3/1, permanecendo fechado nos dias 23, 24, 30 e 31/12.

A Constituinte vem aí. E agora?

O que estava previsto para acontecer, segundo os designios do governo, vai acontecer. A "Nova República" conseguiu seu grande feito: transformar a idéia da Constituinte em um tema tão banal quanto uma promessa de tapar buracos no asfalto.

Isso mesmo. Porque, ao lado das teses para elaboração da Constituição, vamos ter que ouvir planinhos de retificação de côrregos e outros menos mencionáveis tudo no mesmo palanque.

A disputa pelos executivos estaduais, com certeza, desviará quase toda atenção que deveria ser posta no debate da Constituinte.

O povo mais uma vez será espectador no espetáculo montado pelos políticos profissionais. Cidadãos com reais possibilidades de contribuição para a construção do Estatuto maior estarão fora do processo. Simplesmente por não se submeterem a critérios partidários para se lançarem à luta pelo voto.

Na verdade, o povo não vai votar para a Assembléia Constituinte. Vai votar em deputados e senadores, como sempre fez, que terão entre diversas incumbências a de aprovar um texto constitucional.

Não será nenhuma surpresa se este Congresso assim eleito transformar o processo constituinte em um mero exercício de "completação de setenças" em cima do texto elaborado pelos iluminados da comissão Arianos.

Triste feito desta nova república...

Tem mais. O processo eleitoral será visto pelo grande empresário como um excelente investimento com retorno promissor. Não há melhor retorno neste caso, do que manter as coisas em seu devido tamanho para um controle mais fácil por quem já controlava. Reformas, se vierem, não passarão de arranjos para enganar os menos avisados.

Além de lamentar, o que mais se pode fazer para evitar o fiasco completo?

Muito pouco. Mas esse pouco precisa ser feito. Primeiro, estabelecer o objetivo concreto: garantir o maior número possível de representantes com propostas progressistas e com muita coragem cívica.

Segundo, estabelecer a estratégia: mobilizar e organizar o maior número possível de pessoas com efeito multiplicador.

Terceiro, definir o instrumental adequado: promoção de debates e de atos de esclarecimentos para a população, levando a uma firme conscientização da importância da Constituinte.

Vai ser fundamental mostrar a diferença que essas eleições de 86 representam em relação a outras eleições.

É preciso demonstrar que as consequências dessas eleições têm uma duração ampliada, muito além dos quatro anos da duração dos mandatos.

É preciso dizer que é da escolha dos representantes

à Constituinte que vai depender o tipo de país que desejamos: se um país dependente, atrelado ao capitalismo internacional, de horizonte curto, fornecedor de matéria-prima e de mão de obra barata, dominado internamente por grupos oligárquicos e externamente pelo FMI — ou um país realmente livre, com propostas corajosas para resolver seus problemas internos, com liberdade para escolher seus parceiros e com autonomia perante os financistas do centro. É claro que o país voltado para o futuro que desejamos não será construído por um parlamento conservador e clientelista.

...

Esta tarefa de esclarecimento, nas circunstâncias em que se darão as eleições, vai ser um desafio.

Não será nada fácil se fazer ouvir em meio ao ruído de mensagens e nomes que estarão congestionando o ar. Não vai ser fácil para a grande massa distinguir entre uma tese constitucional, uma proposta de longo alcance e um projeto de governo estadual ou sugestões de administração municipal.

...

Fica mais claro agora perceber porque a luta por uma Constituinte autônoma e anterior ao Congresso tinha toda razão de ser.

Infelizmente, os donos da pequena nova república preferiram pescar em águas turvas.

CRP QUER CRITÉRIOS DE SELEÇÃO ADEQUADOS PARA CONCURSO DE PROFESSORES

O CRP-06, tendo em vista o trabalho de sua Comissão de Ensino sobre o assunto, encaminhou ofício ao secretário da Educação, Paulo Renato Costa Souza, e ao diretor do Departamento de Recursos Humanos dessa mesma secretaria, Nivaldo Romano, solicitando que o concurso para provimento de cargos de professores de Psicologia no Ensino de 2º grau, na rede estadual, use um critério de seleção adequa-

do a sua importância, na medida em que o método tradicionalmente usado — provas de múltipla escolha — nem sempre dá a dimensão correta das "características intelectuais e afetivas" do pretendente à vaga.

No mesmo ofício, o CRP solicita, ainda, que os professores da área que forem contratados pelo regime A.C.T. sejam selecionados entre portadores de licenciatura em Psicologia.

REGIONAIS E FEDERAL ELABORAM ANTEPROJETO DO CÓDIGO DE ÉTICA

As Comissões de Ética dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal reuniram-se nos dias 22 e 23 de novembro último, em Belo Horizonte, para discutir um anteprojeto do Código de Ética. A pauta do encontro teve como objetivo a elaboração de um anteprojeto do Código centrada a partir da análise e sistematização das contribuições produzidas pelos regionais em suas pesquisas, discussões e reflexões com a categoria.

Após amplos debates, constatou-se diferenças no posicionamento entre os Regionais, mais especificamente com relação ao processo de reflexão e revisão do atual Código. Essas diferenças ocorreram basicamente em função da percepção de alguns Conselhos quanto à necessidade de uma maior amplitude e aprofundamento das discussões iniciadas com a categoria em suas regiões.

No entanto, a constatação dessas diferenças não impediu o avanço do processo na direção da elaboração do anteprojeto; isto se deveu principalmente à consideração de que a existência deste, para revisão do atual Código, deve, antes de impedir o prosseguimento das reflexões iniciadas com a categoria, ser um instrumento facilitador para o aprofundamento da reflexão ética com a mesma. Esta é, inclusive, a posição adotada pelo CRP-06.

O anteprojeto iniciado propõe modificações em áreas que foram insistentemente apontadas pela categoria como inexistentes ou incompletas no atual Código. Entre estas encontram-se a área de organizacional, institucional, propaganda e publicidade, psicologia, comunitária e ainda questões sobre a pericia judicial. Obviamente que a concentração de polêmica em torno destas áreas, em todos os regionais, já era antevista pela própria centralização do atual Código na área clínica.

Embora tenha ocorrido um significativo avanço na direção da sistematização iniciada, sua conclusão está programada somente para o final de dezembro, quando então será apresentada ao plenário do Conselho Federal a síntese das contribuições juntamente com as sugestões para a continuidade do processo junto à categoria.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 6ª REGIÃO

Conselheiros: Alvaro Trujillo, Antonio Waldir Biscaro, Carlos Afonso Marcondes Medeiros, Carlos Rodrigues Ladeira, Deniréa Perola A. Paoli Macário, Elizabeth Batista Pinto (licenciada), Heloisa Szymanski Ribeiro Gomes, Jane Persinotti Trujillo, José Paulo Correia de Menezes, José Soltero Neto, José Sierza Justo, Lorivam Lopes (licenciado), Luiz Carlos Rodrigues de Lima (licenciado), Maria de Fátima Menezes Ventura, Maria Inez Nunes Romero, Maria Rosa Cavazzani, Marinilza da Costa Moreira da Silva, Mariza Oliveira Sanovicz, Marlene Guirado, Mirsa Elisabeth Dellosi, Mônica Guimarães Teixeira do Amaral (licenciada), Nanci Buhner, Selma de Souza Bastos, Sílvio Leite da Silva, Sueli Duarte Pacifico, Tania Maria José Aiello Tsu (licenciada) Vania Ghirello Garcia, Vera Regina Lignelli Otero e Yvonne Gonçalves Khouri.

Sede - São Paulo: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.084 - 10º andar - Fone (011) 212-8111. **Delegacias - ABC (Sívio Leite da Silva):** Rua Luís Pinto Fiaquer, 519, 6º andar - sala 61 - fone 444-1000. **Santo André - Assis (José Sierza Justo):** Rua Marechal Deodoro, 123 conj. 11 (Conj. Marechal) - Fone (011) 224-224. **Bauri (Deniréa Perola A. Paoli Macário):** Rua Batista de Carvalho, 4-33, 8º andar, conj. 808 - fone (0142) 22-3384. **Campinas (Hélio José Guilhardi):** Rua Barão de Jaguará, 1.481, 17º andar, sala 172 - Fone (0192) 32-5397. **Campo Grande (Carlos Afonso Marcondes Medeiros):** Rua Dom Aquino, 1.354, sala 97 - Fone (067) 382-4801. **Cuiabá (José Luiz G. Zaramella):** Av. Tenente Coronel Duarte, 565, conj. 203 - Fone (065) 322-6902. **Lorena (Maria Inez Nunes Romero):** Rua N.S. da Piedade, 185, sala 9 (Galeria do Hotel Colonial) - **Ribeirão Preto (Vera Regina Lignelli Otero):** Rua Cerqueira César, 481, 3º andar - Fone (016) 636-9021. **Santos (Antonio Carlos Simónian dos Santos):** Rua Otton Feliciano, 2, conj. 53 - Fone (0132) 4-6293. **São José do Rio Preto (Kátia Vianna Ricardi):** Rua 15 de Novembro, 3.171, 16º andar, sala 162. (Edifício Metropolitan Center) - Fone (0172) 21-2983.

Jornal do CRP-06

Jornal do CRP-06 é o órgão de orientação do exercício profissional publicado mensalmente pelo Conselho Regional de Psicologia — 6ª Região. Comissão de Divulgação e Contato: Antonio Waldir Biscaro, Jane Persinotti Trujillo, Marinilza da Costa Moreira da Silva e Sueli Duarte Pacifico. Editora: Vera Helena R. Carneiro Monteiro (MT. 11.578). Diagramador: Guto. Redação: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1084 - 10º andar - telefone (011) 212-8111 - 01452 - São Paulo. Composição, fotolitos e impressão: Proposta Editorial - fone 282.5992. Tiragem: 22.000 exemplares.

DECRETO CRIA COMITÊ PARA APRIMORAR EDUCAÇÃO ESPECIAL

O presidente da República sancionou Decreto instituindo "Comitê para traçar política de ação conjunta, destinada a aprimorar a educação especial e a integrar na sociedade as pessoas portadoras de deficiências, problemas de conduta e superdotadas". O comitê será constituído por representantes dos Ministérios da Educação, Saúde, Previdência e Assistência Social, Interior, Justiça e Trabalho, Secretaria do Planejamento da Presidência da República, federações nacionais representativas de grupos ligados ao problema, classe empresarial e trabalhadora, lideranças comunitárias e especialistas.

O comitê terá como objetivos, entre outros, propor, em articulação com as Secretarias estaduais e municipais de Educação e setores públicos e privados da sociedade, medidas que possibilitem conscientizá-la da obrigação de assumirem suas parcelas de responsabilidade da integração dessas pessoas; propor meios de elaboração de instrumentos que assegurem prioridade à prevenção de deficiências; propor medidas para a absorção dessas pessoas no mercado de trabalho, etc.

Os psicólogos interessados no assunto de que trata o Decreto e que queiram tomar conhecimento dele em sua íntegra podem fazê-lo contatando este CRP.

ANOTE

ANOTE tem se caracterizado como uma seção de prestação de serviços através da divulgação gratuita de cursos e atividades que nos são encaminhados. Uma de nossas preocupações em relação à divulgação desse material é quanto à qualidade dos "trabalhos" que são oferecidos. Na medida em que ultimamente temos recebido algumas solicitações pouco completas em relação a cursos e eventos, estamos solicitando que esse material seja mais detalhado.

Com relação aos cursos, o CRP-06 pede que sejam fornecidos dados completos a respeito dos objetivos, fundamentação

teórica, forma de trabalho, material bibliográfico e custo. Em relação ao profissional, pedimos um pequeno currículo informando sobre cursos feitos e as atividades que já desenvolveu e que vem desenvolvendo. Das entidades promotoras de eventos e cursos, solicitamos informações sobre suas propostas básicas e, caso seja registrada no Conselho, seu número de inscrição.

Com esses pequenos cuidados, que a primeira vista podem parecer burocráticos, o **Jornal do CRP-06** terá condições de melhorar ainda mais a seção **ANOTE**.

CURSOS DE FORMAÇÃO EM PSIQUIATRIA E PSICOTERAPIA INFANTO-JUVENIL. Promovido pelo Instituto de Psiquiatria e Psicoterapia da Infância e Adolescência — IPPIA visa dar uma formação teórica e prática a psiquiatras e psicoterapeutas de crianças e adolescentes dentro de uma visão bio-psico-social. O início do curso será em março de 86. Os interessados podem obter maiores informações na sede do IPPIA, à rua Bela Cintra, 1.297 — Cerqueira Cesar — São Paulo — fone: (011) 282-7169.

Ψ Ψ Ψ

Será realizado em Salvador, Bahia, entre os dias 29 de janeiro e 1 de fevereiro próximos. **O II CONGRESSO BRASILEIRO DE FONOAUDIOLOGIA E IV ENCONTRO NACIONAL DE FONOAUDIOLOGIA.** O evento abordará temas como adaptação escolar — como ajudar a família, a criança e o professor; a educação da família para a estimulação essencial ao bebê; linguagem e saúde mental; o diagnóstico e o atendimento ao deficiente mental, etc. Os interessados podem obter maiores informações com a Eventus Operadora de Congressos Ltda. — rua Oito de Dezembro, 547 — CEP 40000 — Salvador - Bahia — fones (071) 247-8119 e 247-4978.

O Instituto Sedes Sapientiae promoverá o curso **PSICODIAGNÓSTICO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.** Destinado a psicólogos, o curso terá a duração de um ano, com o horário previsto para as terças e quintas-feiras, das 8:00 às 12:00 horas. Os interessados podem obter informações mais detalhadas a partir do dia 10 de dezembro próximo na secretaria do instituto, à rua Ministro Godoy, 1.484 — Perdizes — São Paulo — fone: (011) 262-8024.

Ψ Ψ Ψ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ORIENTAÇÃO VOCACIONAL EM EDUCAÇÃO. Promovido pelo Instituto Sedes Sapientiae, o curso, que será iniciado dia 5 de março de 1986, terá a duração de dois anos e será ministrado às quartas-feiras, das 19:00 às 23:00 horas. As inscrições poderão ser feitas até 31 de janeiro de 86 à rua Ministro Godoy, nº 1.484, Perdizes — fone (011) 262-8024.

Ψ Ψ Ψ
A Biblioteca Freudiana Brasileira estará promovendo, a partir de fevereiro de 86, a segunda edição do **CURSO FUNDAMENTAL DE PSICANÁLISE DE FREUD A LACAN.** Sua duração será de um ano, com aulas ministradas semanalmente. Maiores informações e inscrições à rua Wandlerley, 246, fones (011) 263-6266 e 263-6473.

Estão abertas as inscrições para o curso **CICLO DE ESTUDOS EM PSICANÁLISE,** que será iniciado em março de 86. O curso visa a formação teórico-clínica de psicoterapeutas e constará de três ciclos semestrais: A formação do sujeito, Quadros clínicos e Tratamento Psicanalítico. Maiores informações à rua Cardoso de Almeida, nº 2.277 — fones: (011) 864-2330 e 263-4997.

Ψ Ψ Ψ

GRUPO DE ESTUDO SOBRE C.G. JUNG E SUPERVISÃO CLÍNICA E GRUPO DE SONHOS — ABORDAGEM JUNGUIANA. Cursos destinados a estudantes e profissionais com a duração de 12 semanas. O primeiro visa aprofundar conceitos e técnicas da Psicologia Analítica e sua aplicação na prática clínica. O segundo objetiva a compreensão dos símbolos oníricos. Maiores informações à rua Califórnia, 146 — Brooklin — São Paulo — fone (011) 240-8759.

Ψ Ψ Ψ

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOTERAPIA DA CRIANÇA. Promovido pelo Instituto Sedes Sapientiae e destinado a médicos e psicólogos, será iniciado em março de 86. Sua duração será de quatro anos com carga horária de duas manhãs por semana mais seis horas de atendimen-

to clínico. Haverá concurso de seleção nos dias 14 e 17 de fevereiro. Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos na secretaria do próprio instituto: rua Ministro Godoy, 1.484 — Perdizes — São Paulo — fones: (011) 262-8024 e 263-8074.

Ψ Ψ Ψ

Terá início em março de 86 o **VIII CURSO DE GERONTOLOGIA SOCIAL** do Instituto Sedes Sapientiae. O curso, de aperfeiçoamento, é destinado a profissionais graduados em todas as faculdades e terá a duração de um ano. Inscrições e informações na própria sede da entidade (rua Ministro Godoy, 1484 — Perdizes — São Paulo — fone 263-8074) a partir de 10 de dezembro.

Ψ Ψ Ψ

Foi realizada, no dia 30 de setembro último, a cerimônia de inscrição dos sócios-fundadores da **Associação dos Antigos Alunos da Universidade de São Paulo.** A entidade foi criada com a finalidade de cultivar e preservar a história e as tradições culturais da USP, bem como promover a aproximação social, e cultural entre seus sócios. Os interessados em filiar-se à Associação na qualidade de sócios-fundadores podem entrar em contato com a sede para pedir maiores informações. O endereço é rua Joli, 294, CEP 03016 — SP ou pelo fone (011) 291-2355 ramal 118.

Agenda

15/10/85 — A conselheira-presidente Marlene Guirado e Dayse Franco Bernardi, integrante da Comissão da Vara de Menores, participaram como conferencistas do Seminário de Estudos e Debates, promovido na PUC-SP. O tema abordado foi "Criança e Instituição".

16/10 a 20/10/85 — Os conselheiros José Paulo Correia de Menezes, Yvonne Gonçalves Khouri e a conselheira-presidente Marlene Guirado participaram da Semana de Psicologia na USP.

21/10/85 — A conselheira Maria Inez Nunes Romeiro proferiu palestra na FMU, sobre Ética, para o Curso de Formação de Psicólogos.

22/10/85 — A fiscal deste CRP Maria Cristina Barbeta Milléo esteve presente na fa-

se de classificação do II Concurso A Segurança nas estradas começa na escola, coordenado pela Secretaria dos Transportes, Dersa e Polícia Militar do Estado de São Paulo.

25/10/85 — O conselheiro Carlos Ladeia e o representante do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo, Sérgio Leite, participaram da XV Reunião Anual de Psicologia, na Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, na mesa-redonda "Ensino de Psicologia no 2º Grau: Perspectivas".

4/11/85 — O conselheiro Carlos Ladeia esteve no CENP, onde proferiu palestra sobre o tema "Ensino de Psicologia no 2º grau: Perspectivas".

5/11/85 — A conselheira Yvonne Gonçalves Khouri es-

teve no CENP juntamente com Sylvia Lane, vice-reitora da PUC, e Abib Anderi, diretor do Centro de Ciências Humanas da PUC, proferindo palestra sobre Psicologia na América Latina para os professores da rede estadual de ensino das escolas de 2º grau.

10/11/85 — A conselheira Mirsa Elisabeth Dellosi participou, na Faculdade de Lorena, do Encontro dos Estudantes de Psicologia do Vale do Paraíba, onde proferiu palestra sobre Psicologia e Saúde Pública.

13/11/85 — A conselheira Yvonne Gonçalves Khouri esteve em Assis, onde proferiu palestra sobre Educação em Cuba aos professores da Unesp.

13/11/85 — A conselheira Mirsa Elisabeth Dellosi proferiu palestra sobre Ética na PUC-SP, para os estudantes de Psicologia dessa Universidade.

16/11/85 — A conselheira-

presidente Marlene Guirado e a conselheira-tesoureira Nanci Buhner estiveram em Brasília, na reunião dos delegados dos regionais, para apreciar e aprovar o orçamento do programa do Conselho Federal para 86 e para eleição do V Plenário do CFP, gestão 85/88.

18/11/85 — O conselheiro José Paulo Correia de Menezes participou, como conferencista, da Semana de Psicologia do Trabalho em Santos. A promoção foi do Sesi-Serviço Social da Indústria.

21/11/85 — O delegado de Campinas, Hélio Guilhardi, participou da abertura da I Jornada Paulista de Ética Médica, realizada naquela cidade.

22/11 e 23/11/85 — A conselheira Maria Inez Nunes Romeiro, representando a Comissão de Ética, esteve em Belo Horizonte, juntamente com outros regionais, discutindo a elaboração de um anteprojeto para o novo Código de Ética.

PROCURA-SE

• Psicóloga interessada em comprar um **Teste WISC** usado pede a quem o tiver e queira vendê-lo que entre em contato com Ligia ou Helena pelo fone: (011) 61-8469.

• O Serviço de Psicologia da Vara de Menores e da Vara de Família do Foro Regional XI-Pinheiros, Foro Regional III — Jabaquara e Foro Regional X-Ipiranga está solicitando o serviço de **psicólogos que queiram atender em seus consultórios**, a preços simbólicos, as pessoas que são

atendidas nas Varas.

É dado preferência aos profissionais que tenham consultório na área abrangida por: Foro de Pinheiros (Pinheiros, Alto de Pinheiros, Butantã e Vila Madalena); Foro do Jabaquara (Jabaquara e Saúde); Foro do Ipiranga (Ipiranga e Vila Prudente).

Informações mais detalhadas podem ser obtidas no Serviço de Psicologia dos respectivos Foros: Pinheiros: rua Filinto de Almeida, nº 69 V. Madalena — fone (011) 813-7913;

do Jabaquara, rua Joel Jorge de Melo, 424 — Saúde — fone (011) 549-2487; e do Ipiranga: rua Agostinho Gomes, nº 1.455 — fone (011) 914-3072.

• O Departamento de Psicologia do Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis da Unesp está selecionando **professor** para a disciplina de Estatística para o curso de Psicologia.

Os interessados podem enviar curriculum até 15 de janeiro. O endereço é: Avenida D. Antonio, s/nº CEP 19800 —

fone (0183) 22-2933 — Departamento de Psicologia.

• O Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté está selecionando **professores** para as disciplinas de Psicologia do Trabalho e Seleção e Orientação Profissional.

Os interessados deverão enviar o seu curriculum vitae para rua XV de Novembro, 996 — CEP 12100 — Taubaté — São Paulo. Maiores informações pelo fone (0122) 32-7555, ramais 138 e 139.



Carta enviada pela psicóloga Jeanne A. de Farias à Comissão de Orientação e Fiscalização a respeito da matéria "Psicotécnicos: ajude a resolver", publicada na capa de nossa última edição (outubro/85).

"(...) Sempre que recebo o jornal, deixo de lado os artigos que falam desse assunto por me sentir às vezes impotente e com uma grande revolta por já ter trabalhado em psicotécnico e ter sido usada como profissional. Pedi demissão do instituto onde trabalhava exatamente por estar em conflito comigo mesma, por estar fazendo coisas contra a minha vontade (...); porque as pessoas não nos dão a mínima importância como profissional e também porque a remuneração era miserável.

Hoje, eu acho no mínimo ridículo quando vejo o CRP batilhando para que taxa sofra um aumento e chegue a Cr\$ 75.000, quando na realidade esse exame, da forma como é feito, não vale Cr\$ 10.000 (...). Vejamos por que: na verdade, o que conta quando um candidato adentra num instituto é o tempo que ele vai gastar ali dentro e, obrigatoriamente, tem que ser o menor possível (...), para que seja assim merecida a comissão paga por candidato.

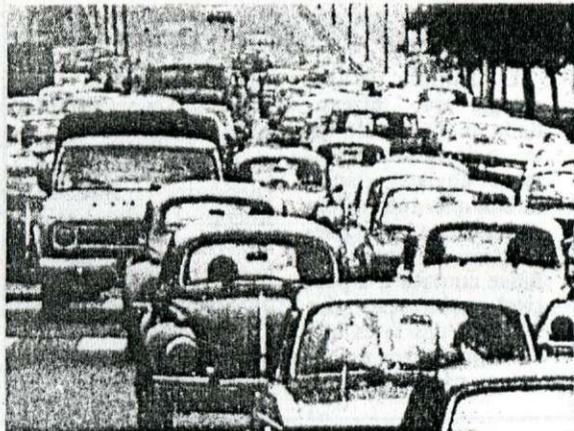
Muitas pessoas sem escolaridade necessária fazem o psicotécnico (...). O Teste PMK não é aplicado na sua íntegra e, se o é, o candidato sofre influência do aplicador para fazer os traços rápidos, fazendo assim linhas certas e que não fujam muito da performance desejada (...). Na aplicação do Raven, o candidato não chega até o final do teste (...). O material do teste de coordenação bimanual existe apenas para enfeite, jamais é usado. A entrevista feita não me parece servir para justificar muita coisa.

O que fazer? Será que se for aumentado o valor da taxa será feito um trabalho decente? Acho que não; a pressão vai continuar principalmente porque terão a argumentação forte de que se está pagando um preço alto pelo exame psicotécnico. Por outro lado, se a taxa sofrer esse aumento tão grande, certamente o movimento dos psicotécnicos vai cair bastante.

(...) A fiscalização feita pelo CRP é omissa no que diz respeito à verificação de como é feita a aplicação dos testes. (...) Quando eu trabalhava nessa área, a fiscalização feita era com relação às instalações, acomodações dos materiais usados, quadro de funcionários e as obrigações de caráter jurídico do instituto. Não quero com isso negar a importância desses aspectos (...) Acho que deveria se dar ênfase em como é feita a aplicação dos testes (todos), acompanhar de forma flagrante o atendimento de um candidato que vai ao psicotécnico.

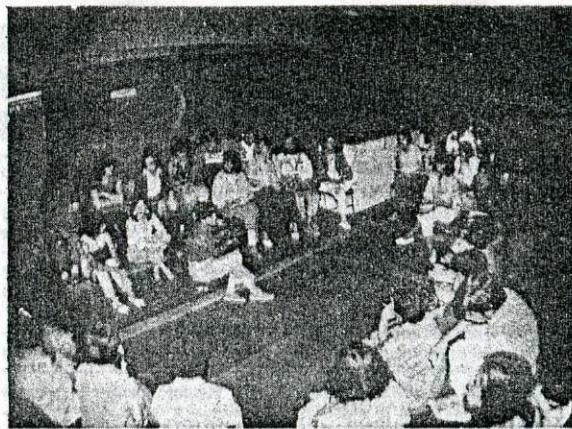
(...) Na verdade, grande parte da culpa por essa situação é do próprio psicólogo, porque enquanto atribuir responsabilidades aos outros e não assumir a sua passividade, as coisas continuarão na mesma (...). O psicólogo tem que acreditar no seu trabalho. Precisa haver um movimento de conscientização. Se preciso for de paralisação dos serviços (...). É hora de todos se unirem a levantar uma bandeira única para fazer valer a sua vontade — fazer um atendimento sério e impor-se como uma pessoa que se preparou para decidir se fulano pode ser aprovado ou não e por quê. O CRP poderá assessorar, como vem fazendo; contudo esta mudança só se dará se os psicólogos se unirem e optarem por esta mudança.

(...) Jeanne A. de Farias
CRP-06/16197 - 9 — Ermelino Matarazzo — SP



ELABORADO DOCUMENTO DO I ENCONTRO DOS PSICÓLOGOS DA FEBEM

O I Encontro de Psicólogos da FEBEM foi realizado em 3 de outubro de 1985 no Núcleo Profissionalizante Pérola Byington e contou com a presença de cerca de sessenta psicólogos da Fundação. A proposta do encontro foi formulada durante o Seminário "Psicologia e Instituição", promovido pelo CRP-06, e sua organização foi feita por uma comissão de representantes de diversas unidades da FEBEM escolhida neste mesmo seminário. Abaixo, um resumo do documento elaborado a partir desse encontro, com suas principais propostas e reivindicações.



Nesse I Encontro foram discutidos os seguintes temas: a especificidade da atuação do psicólogo, o lugar do psicólogo na estrutura da FEBEM, as condições de realização de seu trabalho; e a proposta de municipalização da FEBEM e suas repercussões no trabalho dos psicólogos.

Durante as discussões sobre a especificidade da atuação do psicólogo foram constatadas a existência de práticas dispersas e isoladas, e as dificuldades no intercâmbio de experiências. Também foi constatada a pouca sistematização dessas práticas das diferentes experiências já realizadas e das reflexões decorrentes para a produção de conhecimento específico para o trabalho institucional. A dificuldade em delimitar a especificidade da atuação do psicólogo neste tipo de instituição, bem como a necessidade da criação de espaços formalizados para a reflexão das práticas desenvolvidas também foram objeto de discussão e deliberação.

Em função do levantamento das questões foram feitas várias propostas para aprofundá-las e buscar formas de sua superação. Estas propostas prendem-se principalmente à organização de grupos de estudo para o aprofundamento da discussão, o encaminhamento de um formulário a todas as unidades para a realização do levantamento da formação e das expe-

riências de trabalho dos psicólogos na FEBEM e em outros locais, a sistematização dos encontros trimestrais, a divulgação e efetivo cumprimento das normas que regulamentam a liberação de profissionais para a participação em cursos, seminários, conferências, etc..., a supervisão do trabalho do psicólogo por um profissional a ser indicado pelo grupo a ser supervisionado e que o psicólogo atue em sua unidade procurando delinear sua especificidade e criar espaço de reflexão sobre a prática desenvolvida.

Ao discutir o lugar do psicólogo na estrutura da FEBEM, o encontro chegou à conclusão que no órgão máximo de deliberação da Fundação, o Conselho composto por entidades civis relacionadas à questão do menor, seria fundamental a participação dos psicólogos através de seu Conselho Regional. Os psicólogos presentes ao Encontro elegeram uma comissão de representantes para encaminhar as diferentes questões e representar os psicólogos nas decisões pertinentes à profissão.

Com relação ao tema das condições de trabalho, concluiu-se pela necessidade da redução da jornada de trabalho para trinta horas semanais sem prejuízo dos salários, uma vez que a jornada atual é extremamente desgastante, comprometendo a qualidade do trabalho executado. Tal reivindicação se conjuga ao

Projeto de Lei nº 2639, de autoria do deputado Otacílio de Almeida, que prevê para o psicólogo uma jornada de trabalho de quatro horas diárias, estabelecendo o piso salarial em seis salários mínimos.

Quanto à questão da municipalização da FEBEM, ficou claro que a condução do processo marginalizou os trabalhadores da fundação, não permitindo que estes pensassem na melhor forma de execução das propostas.

Para a continuidade da organização e o encaminhamento das propostas e reivindicações feitas, a comissão eleita no Encontro procurará organizar grupos de estudo para psicólogos no horário de trabalho, contar com respaldo administrativo (liberação de ponto, pagamento de diárias, etc) quando forem promovidos novos encontros, divulgação e cumprimento de normas administrativas referentes à liberação dos psicólogos para participação em cursos, seminários, etc. em horário de trabalho, pagamento de supervisores a partir das solicitações das unidades ou de grupos de psicólogos, a participação do Conselho Regional de Psicologia — 6ª Região no Conselho da FEBEM, redução da jornada de trabalho para seis horas diárias sem prejuízo do salário e a regularização da situação dos psicólogos em desvio de função.

INAMPS DESCONHECE TRABALHO DO PSICÓLOGO

A Subcomissão de Saúde dos Psicólogos do Serviço Público Federal (Inamps e INPS) do CRP-06 enviou ofício ao secretário regional de Medicina, Herval Pina Ribeiro, e ao superintendente regional do Inamps, Roberto Lago, manifestando sua surpresa diante do pronunciamento feito pelo dr. Juares Queiroz Campos durante o II Encontro Nacional de Psicólogos da Área Hospitalar. No encontro, o representante do Inamps demonstrou, através de suas declarações, total desconhecimento sobre os trabalhos que os psicólogos vêm desenvolvendo dentro do instituto.

A Subcomissão espera, para breve, uma resposta do órgão às suas solicitações, mais especificamente aos dois pontos citados no ofício e que a Subcomissão julga prioritários: solução para o problema da escas-

sez de psicólogos dentro do Inamps e a implantação imediata de uma coordenação dos serviços psicológicos.

Eis, na íntegra, o ofício encaminhado pela Subcomissão ao Inamps:

"O CRP-06 tomou conhecimento e participou do II Encontro Nacional de Psicólogos da Área Hospitalar, realizado em São Paulo de 30 de setembro a 4 de outubro de 85, que contou com a presença do Dr. Juares Queiroz Campos, na sua mesa de abertura, como representante dessa superintendência. O discurso do referido senhor surpreendeu a maioria dos psicólogos participantes do Encontro, especialmente aos profissionais do Inamps, pelo desconhecimento demonstrado sobre os trabalhos que os mesmos desenvolvem dentro dessa instituição. Por este motivo e com o in-

tuito de que tal fato não mais aconteça, a Comissão de Saúde dos Psicólogos do Serviço Público Federal (Inamps-INPS), a qual se reúne neste Conselho, há mais de dois anos, encaminha a V. Sa. a relação anexa, onde constam os nomes dos técnicos, suas lotações e os tipos de serviços prestados.

Por entender que o atendimento à saúde é uma questão do Estado e por entender que o atendimento à Saúde Mental deve estar definitivamente compreendido naquele, este Conselho, particularmente, através dos trabalhos da Comissão acima citada, reconhece uma demanda crescente do Serviço Público do Inamps, a qual não pode ser atendida em função do escasso quadro de profissionais existente. Por outro lado, reconhece a necessidade e defende a criação de uma Coordenação dos Serviços Psicológicos já existentes. Tal coordenação deveria ser implantada o mais rápido possível, respeitando-se a forma democrática da sua formalização entre os profissionais.

Contando com a habitual atenção que V.Sa. dispensará a esta solicitação, apresentamos nossos protestos de estima e colocamo-nos à disposição para quaisquer contatos que forem necessários."

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

O Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo está pedindo aos psicólogos abaixo relacionados que entrem em contato com a sua secretaria. A finalidade desse contato é a possível publicação dos resumos das teses que estes psicólogos defenderam na pós-gradua-

ção do Instituto. Os nomes são os seguintes: Dario Silveira Sampaio, Eliana Tayano Diosdado, Ivanilde Rocha, Lazslo Antônio Ávila, Regina Stela Gonçalves da Silva, Suzana Lage da Silva Prado, Vanda A. V. Santarcangelo e Jeny Gonçalves Pereira.

FEC DEMITE 31 PROFESSORES

As Faculdades de Educação e Cultura do ABC passam por uma crise sem paralelo em sua história, motivada, segundo professores e alunos, pela intransigência de sua direção diante das reivindicações do corpo docente. A crise iniciou-se com a demissão do professor Rodovalho Rego Souto, presidente da Associação dos Docentes da FEC, ocorrida em 25 de setembro último. Essa decisão foi considerada pela maioria dos alunos e professores da instituição como arbitrária, ilegal e motivada exclusivamente pela atuação do professor Rodovalho na defesa dos interesses da categoria que representava e na campanha salarial que estava em marcha.

Depois dessa demissão os professores entraram em

regime de assembléia permanente, esperando qualquer iniciativa da FEC em direção ao diálogo e, ao invés disto, receberam ameaças e intimidações.

Em 17 de outubro os professores decidiram voltar às aulas, mas no dia 22, quando as atividades letivas eram normais, outros 12 professores receberam telegramas informando-os de suas demissões por justa causa. No início de novembro outros nove professores foram sumariamente demitidos e outros nove demitiram-se voluntariamente.

Dos 31 professores que saíram da FEC em consequência da crise por que passa a instituição, treze pertenciam ao curso de psicologia.

O Psicólogo e a Saúde Pública (2)

Dando prosseguimento à divulgação dos trabalhos apresentados durante o I Encontro Estadual dos Psicólogos do Serviço Público Federal, realizado em dezembro de 84, publicamos nesta edição o trabalho da psicóloga Frida Zolty, sobre o Centro de Reabilitação Profissional do INPS — Ipiranga.

O Centro de Reabilitação Profissional é um órgão do INPS, pertencente ao SINPAS que é ligado, por sua vez, ao Ministério da Assistência Social. Foi criado em 1960 com o objetivo de diminuir os gastos que a Previdência Social vinha tendo — e tem ainda — no pagamento de benefícios de pessoas “encostadas na Caixa” por doença ou que recebiam auxílio acidente: os acidentados do trabalho. Pretendia-se, com a criação do Centro, reverter a situação do segurado para que, ao invés de onerar os cofres públicos com a sua incapacidade ele pudesse, passado pelo processo de reabilitação, retornar ao mercado de trabalho e se tornar um contribuinte a mais para a Previdência Social: de dependente a colaborador. Passados 24 anos os objetivos continuam os mesmos, embora tenha-se modificado em muito o quadro da economia nacional e a disponibilidade do mercado de trabalho para reabsorver os nossos clientes. O Centro cresceu, o número de segurados que recebem benefícios cresceu, a despesa do INPS cresceu, as chances dos segurados diminuíram. Contamos hoje com 15 equipes multiprofissionais sendo que cada equipe é composta por: 1 médico, 1 terapeuta ocupacional, 3 assistentes sociais (em média), 2 psicólogos (em média) e 1 coordenador de equipe. Dispomos ainda (pelo menos teoricamente) da fisioterapia, da Oficina de Reabilitação com seus professores de ofício, do Ensino Básico e da fonoterapia.

Pela breve apresentação feita até agora fica claro que nossos clientes são segurados do INPS — e portanto trabalhadores — que se encontram, no momento, incapacitados para desenvolver sua atividade comum. Doentes — em sua maioria crônicos — ou pessoas que sofreram no seu ambiente de trabalho um A.T. (acidente de trabalho). Encaminhados em sua maioria pelo médico-perito (aquele que decide se vai prorrogar o benefício do segurado, dar alta ou aposentar), eles são recebidos no Centro de Reabilitação pela equipe de triagem que vai considerar, basicamente, a elegibilidade do caso e são distribuídos, depois, pelas diversas equipes. São sempre consultados pelo médico e entrevistados pela assistente social da equipe para que se possa traçar, posteriormente, o seu programa no Centro de Reabilitação. Em algumas equipes acontece de todos os clientes serem também entrevistados pela psicóloga, individualmente ou em grupo, mas isso será apresentado mais adiante.

Da perspectiva de quem recebe o cliente — nós, técnicos do C.R.P. — estamos de repente em contacto com uma população que é na sua maioria muito pobre, migrantes do Norte e Nordeste, de nível cultural bastante baixo, doentes e enfrentando problemas tais como falta de moradia e/ou comida. O nosso objetivo — o objetivo fornecido pela instituição — é o de tornar esse indivíduo um ser “produtivo” o mais rapidamente possível. Penso que não podemos desconsiderar o “choque cultural” que a nossa clientela provoca em quem inicia o seu trabalho no Centro de Reabilitação. Pessoas tão diferentes daquelas com as quais estamos acostumados a conviver e vivenciando problemas e situações tão concretamente diferentes das nossas provoca geralmente, num primeiro momento, a dúvida que foi muitas vezes expressada por psicólogos do C.R.P.: mas será que o nosso instrumento de trabalho, aprendido academicamente e utilizado com relativa tranquilidade em consultórios particulares poderá ser eficaz no que diz respeito a essa população? Talvez pudéssemos traduzir a pergunta: essa pessoa existe? Como ela é?

Da perspectiva do segurado — e poder falar nisso já é conseguir se colocar no lugar dele e portanto acreditar na sua real existência — a chegada ao Centro de Reabilitação representa, principalmente, o seu

meio de sobrevivência ameaçado. Um dos fatores que fazem com que a relação de dependência seja tão funesta para o indivíduo é que, como o próprio nome diz, ele “depende” de decisões ou resoluções a serem tomadas por outras pessoas, à sua revelia e baseadas em critérios que, estando uma vez colocados fora dele ele não pode controlar. É essa exatamente a situação do segurado do INPS quando ele chega ao Centro de Reabilitação. Só lhe resta tentar manipular, da maneira que ele considera a mais eficiente possível, o(s) seu(s) juiz(es). Preocupado com a doença ou com alguma parte do corpo lesada pelo acidente, ameaçado com a possibilidade de uma nova perda, ele vem preparado para deixar bem clara a sua incapacidade que é, paradoxalmente, a sua capacidade do momento. Outros chegam com a expectativa de receberem ali auxílios concretos tais como: tratamento médico, fisioterapia, instrumentos de trabalho e a possibilidade de aprenderem novas profissões. É nessas condições que o cliente é encaminhado para nós.

A seleção dos clientes que irão receber atendimento psicológico não é uniforme, assim como não é uniforme também o tipo de atendimento que eles recebem. Terapia breve, relaxamento, apoio, cada profissional tem a conduta que lhe é mais adequada e essa conduta é dada, muitas vezes, pelo grau de mobilização apresentado pelo cliente. Em algumas equipes — talvez na maioria delas — se constata a necessidade do trabalho psicológico durante a R.A.I. (Reunião de Avaliação Inicial) que é feita logo que o segurado é matriculado na equipe ou ainda em R.R. (Reunião de Reavaliação), quando o cliente já está em programa. Em outras equipes — como foi citado acima — o procedimento consiste em fazer com que todos os novos clientes sejam entrevistados pela psicóloga para uma triagem e, em outras ainda, essa triagem se dá em forma de atendimento em grupo. Alguns critérios utilizados para essa triagem são: reincidência em acidentes de trabalho, situações familiares confusas ou desestruturadas, pessoas em estado de choque com o A.T., amputados, adolescentes.

Uma vez na sala com o psicólogo, fica a questão: qual é o tipo de vínculo que ali se estabelece? O cliente está pressionado pela necessidade que sente de manter seu ganha-pão. Temos diante de nós uma pessoa que perdeu muito: tendo perdido, geralmente, partes ou funções importantes de seu organismo ou de seu corpo ele perdeu também sua identidade profissional. Numa sociedade em que o trabalho tem participação fundamental na vida de qualquer indivíduo, a identidade profissional é básica para o reconhecimento do ser. Com a perda da identidade profissional altera-se também a posição que vinha ocupando até então no núcleo familiar e, nos casos dos segurados masculinos, o sentimento de impotência se impõe muitas vezes como consequência de ele não se sentir mais capaz de sustentar a sua família, isto é: o papel de “chefe de casa” fica colocado em questão. Ao nível psicológico é fácil perceber que estamos lidando com morte. Tanto esse sentimento de incapacidade quanto a ameaça que pesa sobre o segurado fazem com que a maioria dos nossos clientes cheguem nos apresentando sempre o seu lado incapaz. É muito comum para nós percebermos os nossos clientes “burlando a lei”. Uma rápida leitura nos nossos prontuários nos fará encontrar, e muitas vezes por parte de nós mesmos — psicólogos — a frase: “cliente é simulador”. A simulação é, no caso, a forma que ele encontra de receber o que ele acha que lhe é devido de maneira individual e não organizada; é a sabotagem preenchendo o espaço da reivindicação. Ele exige — verbalmente ou através dos acting-outs — da instituição os cuidados paternos que se sente no direito

de receber e geralmente deixa claro o sentimento de que foi lesado (pela firma ou pelo INPS) e de que ele é um sujeito em relação ao qual as figuras fortes têm uma dívida. O problema é que, em termos de realidade, as coisas muitas vezes se passaram exatamente assim. Dependente do seu emprego e do seu patrão ele não podia dizer “não” a condições de trabalho mais arriscadas, algumas quase suicidas, e a sua perda assume o caráter de um tributo que alguém deverá contabilizar. E esse alguém é, muitas vezes, o técnico da reabilitação: concretização e representante do poder. A relação transferencial encontra-se, desde aí, comprometida.

Se procurarmos agora fazer uma leitura da posição do técnico nesta rede encontramos um quadro que é, em muitos pontos, bastante parecido com o dos nossos segurados. Muito se tem comentado a respeito da péssima remuneração do Serviço Público, da falta de condições (físicas e não físicas) para se realizar um trabalho verdadeiramente gratificante e, no entanto, permanecemos. Os que entram têm, invariavelmente, a perspectiva de que seja apenas um “lugar de passagem” e de repente, quando nos damos conta, estamos “velhos de casa”. Nós — os servidores públicos — somos os “encostados na Caixa” do funcionalismo, recebendo pouco e tão insatisfeitos quanto os nossos segurados, mas com uma diferença: o nosso carnet não se encontra ameaçado, pelo contrário, a efetivação do nosso cargo nos assegura para sempre. Não creio ser muito ousado supor que por trás de condições tão parecidas às de nossos clientes possa existir um sentimento também comum: o da nossa incapacidade e da nossa dependência. Burlar a lei — licenças adquiridas injustificadamente, saídas antecipadas, etc — tem sido também o nosso caminho e tem nos trazido como consequência um profundo sentimento de insatisfação. Para o cliente, representantes do poder; para nós mesmos, filhos famintos e raivosos.

Contamos, como todos vocês, com todas as dificuldades burocráticas externas e reais para desenvolver o nosso trabalho mas pensamos que essas questões acima levantadas são as que, por serem muitas vezes imperceptíveis, são as que nos paralisam. Mantemos um “duplo vínculo”. Movidos por uma grande vontade de ajudar, fazer crescer e muitas vezes fazer nascer a pessoa que está a nossa frente nós também temos, por princípio, um forte e poderoso vínculo com a instituição, por ser ela quem nos emprega. Quando muitas vezes nos esquecemos disso estamos cometendo um erro pois o próprio cliente, e mais tarde a instituição, através de suas reuniões, nos lembrará de que ali nós não somos profissionais descompromissados. Temos um duplo compromisso com partes cujos interesses são, na maioria das vezes, contrários.

Assim como nos parece necessário que aos clientes seja dada a oportunidade de conviver com a sua depressão e sua morte para poder então descobrir seus impulsos vitais, o grupo de psicólogos do C.R.P. se sente melhor tendo tido a possibilidade de conscientizar e verbalizar a experiência emocional vivida pela maioria de nós como impotência e incapacidade. É essa nossa depressão que trazemos como sendo a dificuldade maior para o nosso trabalho e que é, penso eu, comum a todos (ou quase todos) aqui presentes. Esperamos poder com isso mobilizar os nossos instintos vitais e pensamos que a nossa reunião de hoje é já resultado e fruto de uma tentativa de mobilização mais madura e esperançosa. Contamos com o Conselho Regional de Psicologia como órgão através do qual nós tenhamos a possibilidade de reivindicar para que não precisemos mais continuar apenas atuando.

Você conhece alguém desta lista?

Se você conhece algum dos colegas abaixo relacionados, peça para entrar em contato com o CRP. Na lista encontram-se os nomes de psicólogos cuja correspondência tem sido devolvida sistematicamente. Necessitamos, assim, para sanar este problema, de seus endereços atuais, no sentido de regularizar nossos cadastros.

INSCRIÇÃO Nº	NOME	INSCRIÇÃO Nº	NOME	INSCRIÇÃO Nº	NOME
00356-3	Lea Avelino	07937-9	Dirce Montero Sierra Pencera	13448-3	Ana Maria Pestana de Paula
01033-5	Terezinha de Camargo Viana	07947-6	Nilse Laurinda de Melo	13539-3	Maria Immaculada Sanchez F. Rodrigues
01206-6	Maria Christina Tacla Muller	08110-2	Fernanda Lombardi de Figueiredo	13552-0	Djanira Amélia da Silva
01272-4	José Cândido Cheque de Moraes	08317-8	Lucia Yosa	13635-0	Eliana Maria Simoncelli Lalucci
01292-9	Maria Cirinéia Gomes da Silva	08386-0	Maria Elizabeth Moreira	13889-7	Denyse Deliberato
01378-2	Stela Regina de Souza Fava	08528-1	Neusa Maria Lelis	13894-3	Eliane Stiebler Vilela Leite
01446-3	Elenice Moriconi Garcia	08695-7	Tânia Consorte	13905-5	Raquel D'Azevedo Cruz
01630-5	Eliana Maria Siebel Cont	08768-9	Geraldo Ladeia Souza	13914-4	Valker Varela Fernandes
01721-5	Vera Ligia Christi Mazzali	08807-6	Vânia Maria de Barros Grassi	13942-0	Augusto César Ribeiro Barbato
02001-5	Maria Helenice Perondi Salles	08928-8	Artur Braga Ornelles	13966-7	Nathercia Ferreira de Souza
02044-9	Maria Edileuza Ferreira da S. Campos	09214-2	Norma Maria Osso Lourenço da Silva	13975-6	Carmen Lúcia Almeida Vallim
02140-5	Nilza Costa da Silveira	09217-7	Valquíria Dozzi Calza	13999-3	Marta Aparecida Gennari
02150-2	Nair Martins	09336-2	Eráclita Márcia de Oliveira Brito	14061-2	Marie Clarie Briard
02179-0	Heloisa Alve Basbum	09454-0	Maria Rosa Lopes Lopes Lima	14084-1	Caetana Natalia D'Amico
02192-8	Maria da Glória Balerini de C. Paulino	09667-0	Marcia Regina Fernandes Rib. Teles	14118-2	Izildinha Luzia D'Andrea
02426-7	Regina Célia Castiglioni	09810-4	Henriette Rizzato Menegasso	14193-0	Magali Aparecida Graciani
02441-0	Elizabeth Tavares Carmo	09984-7	Vânia Maria Mattos Tavares	14229-7	Ingrid Teixeira Sayão
02555-0	Magda Berton	10035-0	Luiza de Freitas Astrolino	14236-0	Neide Yamaguchi
02738-8	Márcia Helena Amantini Maronezi	10149-0	Lila Maria Ferreira de Paiva	14289-0	Regina Maria Pozzi
02741-8	Célia Mendes da Silveira Pedretti	10466-7	Henrique Alberto Heder	14517-0	Valéria Martins Simões
02886-7	Vera Silvia Barbiratto	10487-0	Mirian Aparecida de Lima	14547-2	Wânia Aparecida Vergamine
03000-5	Telma Evelise Simão Gabriel	10553-4	Maria Regina Novaes	14632-3	Gilda Aparecida Chirico Toffolo
03064-1	Rosalinda Atti Passadore	10589-5	Roseli de Fátima Gonçalves	14656-0	Dulcinéia Magali Maia
03147-0	Selene Basso	10607-0	Giselda Oliveira Filgueiras	14677-3	Maria das Graças Victor Silva
03183-7	Beatriz Di Marco Giacon	10708-7	Luzia Cristina Ramalho	14704-7	Ricardo Scatena
03282-0	Maria Teresinha Fernandez F. Feitosa	10872-8	Lea Cornélio da Costa	14712-8	Joana Rosalia Magri Anastacio
03296-8	Vânia Elizabeth Bamonte	10929-8	Malvina Tavares Ferreira Gola	14718-7	Waldemir Brandão da Silva
03395-9	Paula M. Guzovsky Forshaid	10946-8	Deborah Hadassa Helfman	14752-7	Marilene Simões Dekker
03458-3	Lais Antonieta Domingues Vaz	11026-0	Romilda Antunes do Nascimento	14763-2	Lúcia Helena Novaes da Silva
03620-4	Célia Maria de Mello Perez	11053-7	Vera Lúcia Correa	14774-8	Roseli Pinese
03730-0	Oriete Maria Farina	11081-2	Júlia Aparecida Vieira	14791-8	Concentina D'Amico
03736-0	Maria Helena dos Santos Pinho	11093-6	Regina Célia Garcia Correa	14823-2	Maria Lucia de Oliveira
03746-7	Ruth Fonseca de Mello	11133-1	Suzi de Moraes Barros Cavalcante	14859-3	Angela Cancherini Scarcello
03785-8	Marília Augusta Ivo Pelizaro	11212-8	Maria Regina Gomes Fregolente	14923-1	Cleusa Mantovani
03854-7	Rosana Ferreira	11233-0	Maria Leticia de Pilla Natal	14959-2	Denise Grassi
03878-4	Luiz Carlos Maruca	11277-2	Ângela Maria Zaniratto Giunta	14961-4	Mira Vânia Tenório Jeremias
03905-8	Mariza Gonçalves da Quinta	11360-7	Roselys Marta Cunha de Andrade	15036-0	Sérgio Manoel Sanches Mumare
04021-6	Sandra da Penha Peixoto B. Nunes	11446-0	Regina Aparecida Matarazzo	15046-7	Edy Machado Luglio
04064-0	Maria Elisa Gaiarsa F. dos S. Lucchesi	11463-0	Sônia Regina Assad	15069-6	Valter Rodrigues
04137-1	Gersoni Zanolla	11506-0	Telma Bardelli Saraiva	15143-1	Rachel Peris de Figueiredo
04177-0	Danielo Celso Bezerra de Menezes	11565-6	Esomar Guerreiro Brito	15227-9	Anahy Luci D'Amico
04206-0	Sandra Chamma	11646-9	Rosângela Maria da Silva	15267-8	Cecília Carvalho Meirelles
04209-5	Amélia Hedeko Tanizaka	11686-8	Vera Lúcia de Matos D. Amato	15268-6	Myriam Tayti
04279-6	Sônia Regina Gaspar	11806-8	Solange Corradi	15280-5	Marco Antônio de Sousa Araújo
04288-5	Marisa Sgarbi	11895-5	Rodnei Mendes Lamoglia	15282-1	Suely Belinha Rolnik
04372-8	Nelma Lopes Baptista da Silva	11925-3	Telma Regina Azanha Rangel	15292-9	Maria Ângela Fernandes Sant'Anna
04378-7	Chen Su Chim	11943-1	Lilia Mary Vieira Jorge Alves	15311-1	Maria Inês Augusto de Oliveira
04421-2	José Wanderley Teixeira Mendes	11970-9	Bárbara Davini Taube	15331-6	Mariza Gomes Lages Ferreira
04535-1	Maria Aparecida Santiago Zamorra	12006-3	Márcia Barros Tucundava Arantes	15420-0	Valéria Rezende da Silva
04618-0	Elizabeth Mari Maron Pompilio	12025-0	Marcos Aurélio dos Santos Mello	15475-7	Mercedes Coxa Riopedre
04709-0	Wanda Vianna de Almeida	01231-4	Márcia Tiriko Miachiro	15592-6	Maria Cecília Aiello Dias da Silva
04823-5	Regina Maria Bombonato Rebuga	12049-7	Regina Aparecida Mussi Gomes	15603-8	Telma Aparecida Faria
04958-7	Marilda Aparecida Mortari	12069-1	Sônia Maria Tibali Basilio	15749-5	Dirce Elizete Marques Silva
05174-4	Maria Isabel Hoch	12070-5	Carlos Antônio Basilio	15853-5	Celina de Barros Calças Medeiros
05214-0	Eliane Cristina de Arruda Oliveira	12093-4	Rose Mary Lopes	15862-1	Fátima Cristina Rosa Masson
05220-4	Rosana Peaguda Duarte	12136-4	Ana Lúcia de Rezende Sant	16075-9	Luciana Gerin Nassralla Morandi
05255-7	Neide Redo Garcia	12185-2	Richard Vainberg	16295-1	Rosires D'Almeida Vidal Magliocca
05262-0	Iasmim Polido Palcich	12208-8	Lúcia Suely Moras Janeiro	16416-0	Carlos D'Angelo
05381-5	Walkiria Laureano Brochado	12223-1	Maria Aparecida Soares	16466-6	Maria Amélia Gouveia Guilherme
05519-8	Marina Maria Ribeiro	12266-5	Maria Lúcia Vedovatto Scandura	16502-9	Maria de Fátima Paiva D'Oliveira
05576-7	Nilza Dias Pires Lopes	12283-5	Eny Matsucura Yamada	16567-3	Ana Maria D'Alessandro de Camargo
05691-0	Neide Martarelli	12302-8	Márcia Lúcia Karabachian	16590-8	Ana Teresa Ribeiro de G. Fernandes
05732-3	Célia Szniter	12335-4	Sílvia Regina F.D. Elboux Guimaraes	16741-8	Telma Regina de Moraes
05827-6	Tereza Caetano	12354-0	Shinobu Kazama	16770-1	Carmen D'Angelo
05851-9	Sônia Regina Hosoume	12412-4	Christina Jeanne Marie D. Albertas	16816-6	Cleusa Benedita Teixeira
05857-8	Teresa Maria de Freitas	12441-8	Renata Maria Percinio da Silva	16853-0	Gilmar Angelo D'Orazio
05914-3	Célio Serapio Romagnolo	12529-8	Marcos D'Ippolito	17050-1	Sandra Tereza Sant'Ana
05940-2	Marília Perrella Carneiro da Cunha	12556-5	Margarete Andrade Costa	17089-7	Nanci Pacheco Bachin
06034-4	Mirched Carmo Moannak	12564-6	Dina Fuerte	17121-7	Eliane Dell Omo
06127-0	Mirian da Gama e Silva Fernandes	12571-9	Izilda Suzete Alves Ferreira	17275-5	Delma de Oliveira Alves
06253-9	José Bazoli Sorato	12630-0	Rubia Rosy D. Alessandro Pompeu	17279-8	Ana Silvia Cavacchia Carpena
06279-2	Jurema Leão Monte Arrais Tonelli	12638-6	Marisa Caraponele	17312-6	Yara Maria D'Avila de Moraes
06314-7	Maria de Lourdes Atala	12647-5	Maria de Lourdes Cardoso Kopke Machado	17398-3	Suzete Aparecida Tobal Justo
06340-6	Sônia Regina Colapietro	12684-0	Maria Ângela da Silva Saragoça	17414-1	Magda El Zein Falluh
06419-7	Marilena Ristum Carli	12688-2	Emmanuel Marinho do N. Filho	17522-1	Maria Wania Martins de Carvalho
06480-4	Fumiko Fujita	12729-6	Sueli Aparecida dos Reis Falabella	17528-0	Tomoko Miura
06514-5	Teresa Maria Bortolini	12752-0	Célia Aparecida Zamith Fonseca	17571-0	Graciela Dora Celener de Misankin
06520-0	Selyne de Almeida G. Estanislau	12759-8	Marisa Fejes de Almeida	17663-8	Neusa Marilene Barreiro dos Santos
06528-5	Tânia Maria Bogano Diniz Gomes	12793-8	Magda Sant'Anna Cabral Pearson	17740-8	Carlos Augusto Amcilon Cavalcante
06546-3	Valéria Maria Pinto	12856-2	Marisilda Motta Amato Souza Dias	17952-0	Regina Maria H. de Araújo Oliveira
06884-5	Maria do Carmo de Melo Bonifácio	12895-3	Sandra Maria Leão Fernandes	18113-4	Margaret Elias Basmaque Branco
06733-0	Nereida Trocoli Ferreira	12943-0	Maria Solange Félix Pereira	18132-0	Maria Olga de Oliveira Barros Bunese
06738-0	Ana Aparecida Maggico Mellace	13047-9	Maria Inês Mechi Brunhara	18161-4	Maria Valéria Loschi
06757-7	Cláudia Junqueira Braz de B. Prieto	13082-7	Rita de Cássia Prado Sant'Anna	18178-9	Ana Laura Parlato Vaz
06789-5	Eliana Cristina Lazarini Moraes	13086-0	Leida Maria do Carmo Dias	18189-4	Sandra Mara Martinez de Godoy
06826-6	Danter João de Almeida	13128-1	Marcia D'Andrea	18190-8	Tânia Maria Vianna Braga
06899-1	Luiz Carlos da Rocha	13130-1	Marina Silvia J. D. Bulgarelli	19084-2	Zara Luzia de Campos
06951-6	Valdir Vertuan	13131-1	Clerston Dias Bulgarelli	19437-7	Magali Pitthan Araujo
07218-9	Abel Silva Borges	13143-5	Denise D'Aurea Tardelli	19893-4	José Luiz Rodrigues Lima
07235-9	Leila Maria Ferreira Salles	13158-3	Lucy Mary Nogueira	20456-7	Mirtes Mari Graciano
07301-3	Wilma Cortes Quadros	13234-5	Eliana Lopes	20466-4	Rosana Geraldi Silveira
07355-2	Tânia Cecília Alcântara de Campos	13289-2	Maria Aparecida Assis Pires	22314-9	Rejane Luize Ribeiro da Silva
07565-8	Maria de Fátima Mozer da C. Fernandez	13347-6	Tania Aparecida D'Agostini	22368-8	Denise Leusin Tragado
07576-3	Sandra Aparecida T. Khoury	13364-6	Ana Lucia Pires de Almeida	22497-0	Denise Marinho da Fonseca
07784-2	Rosa Maria Ferreira	13433-5	Radames Macuco Mosca	22609-0	Tânia Trindade Mascarenhas



NOTÍCIAS DAS DELEGACIAS



Delegacia de Campinas cria Comissão de Saúde Pública

A Delegacia Regional de Campinas convida os psicólogos que atuam na área de saúde mental nas prefeituras, ambulatórios do Estado e Universidades a participarem de sua recém-criada Comissão de Saúde Pública.

A Comissão tem-se reunido quinzenalmente, às quintas-feiras, às 20:00 horas, na sede da Delegacia e tem contado com a participação de dois psicólogos da Prefeitura de Americana, um da Prefeitura de Itapira, um da Prefeitura de Campinas e um do Ambulatório Regional de Saúde Mental de Campinas.

Os interessados podem obter maiores informações na sede da própria delegacia, à rua Barão de Jaguará, nº 1.481, sala 172 — fone (0192) 32-5397 — CEP 13100 — Campinas — SP.

S. J. do Rio Preto discute Psicologia Institucional

Realizou-se na Delegacia de São José do Rio Preto, dia 19 de novembro último, a segunda parte das discussões sobre Psicologia e Instituição. Durante a reunião, além de se discutir a realidade da região surgiu a proposta de se formar uma Comissão de Psicologia Institucional, que se reunirá periodicamente na Delegacia, sob a coordenação da psicóloga Maria Alice Facchini. Os interessados em participar desses encontros podem entrar em contato com a Delegacia para maiores informações.

Ribeirão Preto: novo horário

A Delegacia de Ribeirão Preto, em função da nova estrutura organizacional do CRP-06, está funcionando, desde 15 de novembro passado, em um novo horário: de segunda à sexta-feira, das 12:00 às 18:00 horas.

Ψ Ψ Ψ

Atendendo ao convite da professora Márcia Rubiano, docente da cadeira de Ética Profissional da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto-USP, a delegacia de Ribeirão Preto, Vera Regina Lignelli Otero, realizou exposição e debate sobre o CRP-06 junto aos alunos daquela disciplina.

Santos também comemorou Dia do Psicólogo

A delegacia de Santos, apesar de não ter sido divulgada na época, também comemorou o Dia do Psicólogo. A promoção, feita conjuntamente com a Associação de Psicólogos de Santos, de 27 a 30 de agosto último, contou com quatro palestras, nas quais foram abordados os seguintes temas: Plano Nacional de Saúde, Medicina Psicossomática, Psicologia Organizacional e Psicólogo e Constituinte. Este último tema visou estimular, a nível regional, a discussão da participação do psicólogo na Constituinte, possibilitando ao profissional trazer sua contribuição tanto técnica como enquanto cidadão.

A Delegacia de Assis esclarece

No dia 29 passado a Delegacia de Assis recebeu um documento encaminhado à sede do CRP no qual professores da Associação de Ensino de Marília atacam e ofendem a pessoa do delegado na região.

Cabe esclarecer que esse ataque prende-se ao fato de o CRP, em defesa do ensino público e gratuito, e cobrando dos órgãos governamentais uma maior seriedade na condução da política educacional, ter-se posicionado contra a transformação da Associação de Ensino de Marília em Universidade. Essa

foi a centelha que acionou as baterias desses professores contra a pessoa do delegado de CRP, por se sentirem atingidos pelas críticas dirigidas à instituição na qual trabalham e aos seus dirigentes.

Face a isso a Delegacia de Assis esclarece que:

1º) A luta pelo ensino público e gratuito bem como a defesa de um ensino de boa qualidade e o saneamento das instituições responsáveis pela educação não é apenas uma luta da Delegacia de Assis e nem mesmo das 21 entidades de profissionais da cidade de Marília que, no âmbito local, têm questionado o processo de transformação da Associação de Ensino de Marília em Universidade. O acesso a uma educação de bom nível é um direito de toda a população e tem sido defendido por uma infinidade de entidades, inclusive o CRP.

2º) O documento dos "professores do Curso de Psicologia da Associação de Ensino de Marília" atacando a pessoa do delegado do CRP na região é assinado por 21 professores, sendo que desses somente cinco são psicólogos.

Esse dado vem confirmar aquilo que o CRP já havia há muito constatado, ou seja, que o número de psicólogos que efetivamente ministram aulas no curso de Psicologia da Associação de Ensino de Marília é bastante reduzido. A parte das questões didático-pedagógicas e da implicação desse fato na formação dos psicólogos e licenciados egressos dessa instituição, cabe lamentar que esses nossos colegas psicólogos, ainda que poucos, ataquem sua entidade profissional e seus colegas de profissão através de uma aliança com a direção da escola e outros profissionais. Ao nosso ver, assim procedendo estão apenas contribuindo para reduzir ainda mais seu espaço como psicólogo nessa instituição, abrindo caminho para que nela se infiltrem profissionais dispostos a se firmarem em terreno alheio a custo de um "colaboracionismo" com o poder.

É necessário frisar que não somos contra a participação de outros profissionais na formação do psicólogo. Consideramos tal participação desejável e necessária, porém, o que condenamos é que a grande massa de um corpo docente de um Curso de Psicologia seja constituída por profissionais de outras áreas. No caso em questão, se não bastasse o fato de grande parte desses docentes estarem ocupando um lugar que não lhe é próprio, ainda atacam uma Entidade dos Psicólogos movida pela obrigação de zelar pelo aprimoramento da Psicologia enquanto ciência e profissão e pela responsabilidade de congregar os psicólogos para a defesa de seus direitos e cumprimento de seus deveres para com a sociedade.

3º) Ao engrossar o Movimento pelo Ensino Público e Gratuito e ao nos opormos à nova onda de criação indiscriminada de universidades particulares, nossa intenção é de resistir à continuidade de uma política educacional que foi, reconhecidamente, desastrosa para o País e para os psicólogos em particular.

O que não podemos fazer é abrir mão de nossos princípios e de nossa plataforma de trabalho, que visam promover a categoria como um todo, para atender a interesses pessoais de um pequeno grupo.

4º) Por último, reafirmamos nossa disposição em prosseguir nessa incessante luta pela melhoria do nível de ensino, pela gratuidade do ensino em todos os níveis, pela democratização da Universidade e pelo saneamento do meio educacional invadido nas últimas décadas pela ganância do lucro e pela corrupção.

Acreditamos que dessa forma estamos contribuindo para uma melhor formação do psicólogo e conseqüentemente assegurando uma melhoria dos serviços prestados à população.

Seleção de Fiscal em Campo Grande

Após um período de expectativa foi realizada a escolha de um fiscal para a região de Mato Grosso.

A Delegacia de Campo Grande entende que esta conquista tem um significado muito importante para a realização de um trabalho de contato mais efetivo com a categoria, tanto na Capital quanto no Interior. Entende também que este contato mais intenso e mais presente do fiscal pode resultar em uma maior mobilização e articulação dos profissionais no sentido de se buscar soluções dos problemas da área vividos no Estado.

É importante mencionar ainda o fato de que a fiscalização hoje, no CRP, tem um significado um pouco diferente do que possuía no passado. Isto devido em grande parte ao fruto das reflexões da Comissão de Orientação e Fiscalização-COF e também das tentativas de integração à Comissão de

Delegacias. Todos estes fatores é que levam o fiscal a ter um papel bem mais orientador do que propriamente fiscalizador (Veja editoriais das edições números 37 e 38 deste jornal, referentes a agosto e setembro/85).

A escolha desse fiscal foi feita por uma comissão na delegacia, que reuniu profissionais que têm alguma representatividade junto aos psicólogos no Estado. Fizeram parte dessa comissão o delegado de Campo Grande, Carlos Afonso Marcondes Medeiros, o delegado adjunto Osmar Lopes Zebalhos, o conselheiro do Federal, Benedito Gilberto Teixeira, a presidente da Sociedade de Estudos e Pesquisas em Psicologia, Elisete de Oliveira, e a presidente da Associação Profissional dos Psicólogos do Mato Grosso do Sul, Vera Nice A. Nascimento.

A comissão, compreendendo a importância de uma escolha criteriosa, reuniu-se nos meses de outubro e novembro, elaborando um programa para a realização da seleção, que se iniciou com a abertura das inscrições no dia 11 de novembro. No dia 22 de novembro foi feita a seleção, quando então apresentaram-se oito candidatos, os quais tiveram seus currículos analisados, sendo que dos aprovados cinco submeteram-se à entrevista. Ao final de todo o processo seletivo, foi aprovado o psicólogo Paulo Godofredo Barbosa de Carvalho, que atendeu a todas as necessidades previstas para a função, tendo tanto conhecimento do funcionamento do Conselho como também dos psicólogos da região.

A Delegacia de Campo Grande informa, ainda, que pretende, ao iniciar uma nova fase de atuação, contar com a colaboração dos colegas no que diz respeito ao fornecimento de dados e também apoio às atividades que serão executadas pelo fiscal Paulo de Carvalho, que têm um significado importante à Delegacia enquanto CRP, e aos psicólogos enquanto categoria.

Delegacia do ABC: Comissões em plena atividade

A Delegacia Regional do ABC encontra-se em plena atividade, com suas comissões de trabalho reunindo-se semanalmente.

A Comissão de Educação, por exemplo, tem efetuado levantamento dos psicólogos atuantes no 2º grau do magistério da região com o objetivo de traçar estratégia para a inserção mais efetiva do profissional na área do ensino de Psicologia.

Já as Comissões de Divulgação e de Saúde estão realizando contatos com setores de saúde, tanto estadual como municipal, para trabalhos conjuntos, assim como as Comissões de Psicologia do Trabalho e de Instituição.

A Delegacia, visando maior confraternização, possibilidade de reencontro e bate-papo, está organizando um encontro que será realizado no dia 17 de dezembro próximo, no bar "Jazz and Blues", situado à rua Padre Manoel de Paiva, 75 — Bairro Jardim — Santo André, SP, às 20 horas. A Delegacia considera que é somente através da organização que são obtidas respostas para as questões fundamentais da profissão e daí a busca de integração cada vez maior entre regional e categoria.

Nova diretoria na Sociedade de Psicologia de S.J. do Rio Preto

Tomou posse, no dia 16 de dezembro, a nova diretoria da Sociedade de Psicologia de São José do Rio Preto. Escolhidos através do processo eleitoral, estes são os nomes que compõem a atual gestão: Elizabeth Naoum, presidente; Maria Leticia Borghe Berti, vice-presidente; Maria do Carmo Faria de Vasconcelos, 1º secretário; Maria Ivete da Silva, 2º secretário; Sueli Nespoli, 1º tesoureira; e Esmeraldina Maria de Carvalho, 2º tesoureira.

A Sociedade de Psicologia convida a todos os profissionais da região a participarem de suas reuniões. Este contato permitirá, tanto à Sociedade quanto aos psicólogos, aprofundar debates em torno de questões de interesse mútuo. Informações mais detalhadas pelos fones (0175) 33-6611 r. 28 com Vera Nice ou (0175) 21-2265 com Leticia.

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL: A OPÇÃO PELO TRABALHADOR (2)

No artigo anterior examinamos algumas das condutas típicas dos psicólogos nas organizações, chegando à lamentável conclusão de que em todas elas prevalece a defesa — intencional ou não — dos interesses do Capital.

Antes, porém, de apresentarmos as nossas proposições para uma atuação do psicólogo mais condizente com melhor qualidade de vida no trabalho, com relações democráticas de trabalho, queremos lembrar uma outra atitude típica nos psicólogos: a daqueles que se recusam a trabalhar nas organizações ou trabalham com o propósito de fazer uma poupança para mais tarde ser "psicólogo de verdade" e abrir um consultório sob a alegação de não querer compactuar com os interesses do capital e do patrão, como se este problema desaparecesse quando o psicólogo sai do centro do conflito.

Ora, essa atitude é, no mínimo, equivocada e inconseqüente, tanto sob o ponto de vista dos psicólogos, quanto sob o ponto de vista da população quem prestamos os nossos serviços. De um lado despreza-se um mercado de trabalho que se tem revelado, apesar dos pesares, promissor e recompensador — as empresas têm cada vez mais requisitado o trabalho do psicólogo e é, felizmente, cada vez maior o número de psicólogos que tem conseguido realizar um trabalho significativo nas organizações.

Por outro lado, não se considera a perspectiva social do trabalho do psicólogo. Lembremo-nos que a

População Economicamente Ativa (PEA) no Brasil está perto de 50 milhões de pessoas. E essas 50 milhões de pessoas trabalham, em sua maior parte, em organizações — industriais, agrícolas, bancárias, de prestação de serviços, públicas ou privadas, enfim, em organizações de produção de bens e serviços necessários e indispensáveis à vida dos 130 milhões de brasileiros, que serão 200 milhões no ano 2000. E são bem conhecidas (são mesmo?) de nós todos as condições em que trabalham esses 50 milhões de brasileiros: praticamente metade não tem sequer carteira registrada — consequentemente férias, assistência médica, 13º, aposentadoria, etc... — mais de 60% ganham menos de dois salários mínimos; recorde mundial de acidentes de trabalho (crimes do trabalho — segundo Sartre); sem estabilidade, auxílio-desemprego ou qualquer outra proteção social; índices alarmantes de subemprego e desemprego. E, no interior das organizações: trabalho excessivamente fragmentado, repetitivo, monótono, sem sentido, alienado e alienante e que não permite a menor expressão da criatividade e das faculdades intelectuais e afetivas do ser humano; e tudo isso sob disciplina e controle rígidos, normas e padrões de comportamento autoritariamente impostos e sob métodos, ritmo, tempo, postura do corpo e até gestos rigidamente e detalhadamente especificados.

Não podemos, de forma alguma, nos omitir de prestar a nossa contribuição para a transformação e superação deste quadro.

Além disso, todo profissional trabalha a par — pressupostos ou premissas — explícitas ou não — que determinam sua postura e a sua atuação. Tais premissas são referentes a três instâncias e as relações entre elas: o homem, as organizações e a sociedade. É com este pano de fundo que estipulamos os nossos métodos e técnicas, a nossa ética e a nossa atuação concreta. E para nos aproximarmos um pouco mais do nosso tema é que lançamos à reflexão as seguintes questões:

— Sendo as organizações uma opção e construção humanas para a produção dos bens e serviços de que necessitamos, não deve a organização estar a serviço do Homem (e da sociedade dos homens) e não o contrário?

— Sendo o trabalho humano a única possibilidade que temos para a concretização das condições da nossa existência, não deverá ele ter primazia sobre o Capital (que nada mais é do que trabalho acumulado)?

— Sendo o trabalho a fonte de toda a sociabilidade humana e portanto da vida social, da sociedade, enfim — não deve ser ele, acima de tudo, digno e dignificante do homem?

— É o homem para o trabalho ou o trabalho para o homem?

Nos próximos números continuaremos a discutir essas questões na tentativa de formularmos alternativas de atuação para a psicologia organizacional e do trabalho.



PSICÓLOGO: PROFISSIONAL IMPORTANTE NA QUESTÃO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL

dade brasileira que sofre as influências dos meios de comunicação de massa.

"Qual é o trabalho de um psicólogo de recursos humanos?", pergunta. A resposta, definida como óbvia, é dada imediatamente por ela mesma: "Procurar o melhor candidato para cada vaga e fica difícil entre candidatos negros e brancos ver o negro como melhor. Isto porque o item boa aparência é considerado pré-requisito em qualquer empresa e o modelo para cargos que enfatizam este item continua sendo o europeu, mesmo que estudos e mais estudos revelem que o modelo brasileiro nada tem do europeu. Ao contrário, nosso modelo é o pardo."

Para minimizar os problemas com os quais o negro se defronta, mais especificamente a nível de recursos humanos, Maria Aparecida diz que o primeiro trabalho do Conselho da Comunidade Negra é o de conscientização do pessoal da área.

"O psicólogo", enfatiza, "pode detectar o problema dentro da empresa em que trabalha, na medida em que pode notar quantos candidatos negros são recusados quando encaminhados para algum departamento ou setor. Outra forma de interferência do psicólogo pode se dar no sentido de se discutir com as chefias requisitantes de empregados que, aberta ou camufladamente, discriminam o negro."

Maria Aparecida coloca ainda outros pontos de contribuição do psicólogo para influir na questão da discriminação: "Introduzir nas documentações internas sempre o item cor para que se possa acompanhar o tratamento que está sendo dado a esta parcela da população; não taxar de imediato como mania de perseguição as queixas de empregados negros que sofrem algum tipo de problema em seu ambiente de trabalho; estar sempre revendo e discutindo o conceito de boa aparência."

A sutileza do preconceito

Além de sua atuação no Conselho, Maria Aparecida está envolvida também em um trabalho independente. Juntamente com ela, oito psicólogas que trabalham em clínicas, empresas e comunidade estão discutindo todas as questões a nível da interferência do racismo no comportamento das pessoas.



"Trabalhar com os problemas específicos da comunidade negra é trabalhar com os problemas de 44% da população brasileira".

A constatação é de Maria Aparecida Silva Bento Teixeira, psicóloga da Cesp, comissionada à Secretaria do Governo como chefe do Setor de Relações do Trabalho no Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra.

A partir da afirmação de Maria Aparecida outros dados estatísticos se impõem: 8,5% dos brancos têm ocupações de nível superior, enquanto apenas 1,1% dos negros e 2,7% dos pardos nelas são absorvidos; 14,6% dos brancos têm ocupação de nível médio, pretos e pardos 3,6% e 7,2% respectivamente.

Diante deste quadro que os números configuram como pouco otimista perguntamos: em que medida o psicólogo que trabalha em recursos humanos pode influir para alterar a situação do negro no mercado de trabalho?

Maria Aparecida salienta que antes de tudo é necessário colocar a questão do negro em termos de todos os segmentos sociais. "Os veículos de comunicação passam o estereótipo do negro como uma raça inferior", e exemplifica: "O negro seria assim o corpo para o trabalho, enquanto que o branco a cabeça que pensa. O negro é bom para o futebol (atividade que exige força física), a mulher negra boa cozinheira, boa doméstica, boa de cama." É dentro deste contexto, segundo Maria Aparecida, que se insere não só o psicólogo, mas qualquer outro profissional da socie-

O trabalho dessas psicólogas envolve a sutileza do preconceito que gera, por sua vez, a dicotomia do próprio negro. E Maria Aparecida explica como se desenvolve esta situação: "A sociedade afirma que as oportunidades são iguais para todos, e o negro se pergunta, então, por que eu não consigo? Fica evidente, assim, a sua inferioridade."

As discussões do grupo têm chegado à população através de seminários promovidos na Capital e no Interior. "Estamos levando nestes seminários", acentua Maria Aparecida, "um aprofundamento de como é que acontece o racismo, assim como procuramos passar para o negro uma forma de trabalhar com o que fica dentro dele, fazendo uma espécie de terapia no sentido de que a pessoa adquira algumas noções básicas de como lidar com o sentimento de impotência que fica frente à discriminação."

O psicólogo, como fica atestado através das declarações de Maria Aparecida, é um profissional que está sempre presente no trabalho que envolve a comunidade negra e isto se deve, de acordo com ela, "ao fato de que este profissional exerce um papel importante na questão da discriminação racial pela forma como acontece em nosso país, pela característica de segregar e dizer que não está segregando". E conclui: "É importante termos claro que, nesta questão, tudo envolve comportamento. Precisamos ter consciência de que existem formas indiretas tanto para discriminar como para lutar contra esta mesma discriminação".